

A caminho da flexibilidade

A HISTÓRIA econômica brasileira esteve marcada por vários períodos de crise no balanço de pagamentos. O constrangimento cambial gerado por esses desequilíbrios nas contas externas do país acabou resultando em políticas excessivamente defensivas. A ponto de, em alguns casos, contribuírem para que as crises fossem mais longas e mais graves.

O CONTROLE excessivo sobre o câmbio já não faz sentido no quadro de abertura econômica e de busca de um lugar melhor no mercado mundial. O nível do comércio exterior chegará este ano à casa de US\$ 65 bilhões, com exportações da ordem de US\$ 40 bilhões e importações de US\$ 25 bilhões. O fluxo de capitais externos foi reconstituído, tanto através da venda de títulos de grandes empresas brasileiras nos principais centros financeiros internacionais, como pela participação de investidores de fora nos mercados do Brasil.

OS saldos na balança comercial, conjugados à entrada líquida de capitais, elevaram as reservas cambiais brasileiras para quase US\$ 30 bilhões em 1993. Sem uma alteração na política cambial, que desobrigue o Ban-

co Central de ficar comprando no mercado todo o superávit cambial obtido pelo país, o aumento das reservas acabará provocando exagerada expansão monetária interna, que alimentará a espiral inflacionária.

A ALTERNATIVA seria restringir a entrada líquida de capitais, o que parece um contra-senso para um país que necessita de poupanças e novos investimentos. Nesse contexto, o mais razoável é caminhar na direção da flexibilização do câmbio, com pelo menos parte das reservas deixando de ser convertidas diretamente pelo Banco Central em moeda nacional.

PARA que a flexibilização se torne realidade, os mercados de câmbio no Brasil terão de ser mais ativos — e menos tutelados. E um dos fatores de inibição dos mercados é precisamente a existência de vários preços para o câmbio; eles dificultam a arbitragem na negociação das moedas (uma hora, compra-se pelo comercial e vende-se pelo flutuante; em seguida, faz-se o inverso).

Ao colaborar para a unificação dos preços no câmbio, o Banco Central está dando passo decisivo para a flexibilização.

Atuando sem excesso de cautela, mas de forma responsável, as autoridades monetárias conseguirão aos poucos que os mercados de câmbio ganhem autonomia.

DE resto, não faz sentido que o câmbio continue a ser encarado como o calcanhar de Aquiles da economia brasileira. Os fatores de constrangimento foram quase todos eliminados: a dívida externa com os bancos terá sido reduzida em um terço até abril de 1994 e reescalonada para amortização em 30 anos; sobre as importações, incide hoje uma tarifa média de apenas 14%, com a grande maioria dos produtos livres de barreiras alfandegárias; turistas brasileiros já não são submetidos a limites irrealistas de compra de moedas estrangeiras.

O MERCADO paralelo está restrito a negócios marginais e seu efeito econômico passará a ser irrelevante à medida que a inflação declinar e o dólar deixar de ser reserva de valor para alguns poupadores.

COM a unificação dos preços e a posterior flexibilização do câmbio, o Brasil estará mais próximo das grandes economias mundiais.